

FAZER OS POLUIDORES CLIMÁTICOS PAGAREM:

AS DEMANDAS DO GREENPEACE NA COP29

READ THE ENGLISH
VERSION [HERE](#)



COP29
Baku
Azerbaijan



**POR UM
FINANCIAMENTO
CLIMÁTICO ROBUSTO,
JUSTO E PÚBLICO,
QUE INCLUA METAS
DE ADAPTAÇÃO E DE
PERDAS E DANOS**

GREENPEACE



COP29: A “COP DO FINANCIAMENTO”

Os últimos doze meses foram os mais quentes já registrados na Terra em milhares de anos, e as consequências de tamanho calor foram sentidas em todo o planeta, com secas, enchentes, furacões, tornados etc. Não é exagerado afirmar que a crise climática vem mostrando a sua face mais perigosa - e mortal - aos seres humanos e à biodiversidade

Porém, apesar de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, as emissões dos gases de efeito estufa em 2023 alcançaram um novo recorde no mundo, segundo recente relatório da ONU. As causas desse recorde foram - para a surpresa de ninguém - incêndios florestais, redução da capacidade das florestas de absorver o carbono e o uso de combustíveis fósseis.

Um ano após nos reunirmos nos Emirados Árabes, aterrissamos no Azerbaijão, mais um grande produtor e exportador mundial de petróleo, para discutirmos o futuro da Humanidade na COP29. O principal foco da

Conferência é a entrega do novo **objetivo coletivo e quantitativo de financiamento (NCQG)**, que deverá possibilitar ações climáticas ambiciosas nos países em desenvolvimento - aqueles que mais têm sofrido, e que menos contribuíram para a crise do clima.

O primeiro passo para garantirmos a justiça climática no mundo é fazer com que os grandes poluidores climáticos paguem essa conta!

Por isso, na COP29, o Greenpeace defende que os países devem acordar em prever a taxação e a eliminação de subsídios aos poluidores dos combustíveis fósseis e aos destruidores da natureza.

Além de um **financiamento climático suficiente e justo na COP29**, o Greenpeace espera que os países apresentem, até fevereiro de 2025, NDCs que estejam alinhadas com o compromisso de limitar o **aquecimento médio da Terra em até 1.5°C**. Na prática, isso quer dizer que todos os países do mundo precisam se planejar para reduzir a produção e uso de combustíveis fósseis o mais rápido possível, cenário que ainda estamos muito distantes de alcançar.



WHO PAYS?



CONFIRA AS DEMANDAS DO GREENPEACE BRASIL PARA A COP29:

1 FINANCIAMENTO MÍNIMO DE US\$ 1 TRILHÃO DE DÓLARES AO ANO ATÉ 2030 PARA O CLIMA

O Greenpeace Brasil espera que a definição do novo objetivo de financiamento seja de, no mínimo, **US\$ 1 Trilhão de dólares ao ano até 2030, de países desenvolvidos para países em desenvolvimento**, com objetivo de promover a transição justa.

2 FINANCIAMENTO PÚBLICO, LIMPO, TRANSPARENTE E QUE COMBATA O ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO SUL GLOBAL

Para ser limpo, o financiamento climático não deve contabilizar investimentos em combustíveis fósseis, ainda que “de

transição”. Para ser justo, o financiamento climático deve ser fundamentalmente **público, por meio de doações ou de empréstimos a taxas muito abaixo do valor de mercado.**

O Greenpeace alerta que financiar medidas contra a crise climática com juros de mercado agravaria o endividamento dos países em desenvolvimento e não seria eficaz, uma vez que limitaria ou até impediria a ação climática nesses países. Os mecanismos de mercado e outras falsas soluções também não podem ser incluídas no cálculo do financiamento climático.

A transparência neste processo também é fundamental: o repasse financeiro precisa ser claramente definido e acompanhado. A decisão da COP 29 deve adotar uma forma clara e transparente de contabilizar o financiamento climático daqui para frente.

3

FAZER OS POLUIDORES PAGAR E PARAR DE FINANCIAR A DESTRUIÇÃO

O Greenpeace também defende que a decisão da NCQG preveja a **responsabilização dos poluidores**, ou seja, é preciso fazê-los pagar pela crise climática e parar de lucrar com ela. Isso pode ser feito por meio de tributação e eliminação de subsídios a empresas de combustíveis fósseis e desmatadores. Assim, os países, especialmente os desenvolvidos, podem obter ou liberar recursos públicos para financiar a transição justa em seus próprios países e em países em desenvolvimento.

4

NOVA META DE FINANCIAMENTO COM OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA PERDAS E DANOS, ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO

Atualmente, a maior parte do financiamento climático vai para medidas de mitigação, aquelas que combatem as causas do aquecimento do planeta e promovem a absorção ou redução das emissões de gases de efeito estufa.

No entanto, somente **mitigar já não é mais suficiente**. É urgente nos adaptarmos ao atual cenário de emergência climática, em que sofremos com uma maior frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos. Para isso, precisamos de financiamento específico - adequado e suficiente - para garantir a adaptação e a reparação necessária para as Perdas e Danos que não puderem ser evitadas.



O Greenpeace lembra que a necessidade de financiamento para adaptação gira em torno de US\$ 387 bilhões ao ano, 10 a 18 vezes maior que o financiamento atual para adaptação, segundo dados da ONU. Os custos para reconstruir e reparar são ainda mais altos, exigindo pelo menos cerca de US\$ 400 bilhões por ano, e eles serão ainda maiores se a adaptação for insuficiente.

5

AVANÇO NOS PLANOS DE ADAPTAÇÃO E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Na COP29, os países precisam desenvolver indicadores claros para mensurar e avaliar o progresso da Meta Global de Adaptação no mundo, meta que deverá ser adotada na COP 30, em 2025, no Brasil.

Vale lembrar que, também em 2025, os países deverão desenvolver e entregar seus planos nacionais de adaptação (PNA), com metas concretas e ambiciosas que considerem a justiça climática e que estejam prontos para serem implementados até 2030. Ou seja, para que a COP30 tenha sucesso no tema de adaptação, será preciso que os países alicerçam as bases na COP29 e desenvolvam seus PNA domesticamente.

6

FUNDOS DE PERDAS E DANOS PRECISA DE RECURSOS FINANCEIROS ADEQUADOS

O Fundo de Perdas e Danos foi criado na COP 28, mas ele ainda segue sem recursos adequados: até o momento, o Fundo recebeu promessas de cerca de US\$ 700 milhões, enquanto as necessidades para reparar perdas e danos - muitos irreparáveis - são de bilhões ao ano. O Fundo precisa receber recursos suficientes e começar a mobilizá-los rapidamente de maneira ágil, no chão, para alcançar as comunidades que enfrentam os desastres climáticos, e perdas e danos econômicas e não econômicas. Para isso, precisa regulamentar como se dará o **acesso direto** pelas comunidades. Países também precisam reportar como têm implementado medidas e quais são os desafios e necessidades para recuperar e reparar as perdas e danos.

7

AGENDAS DE BIODIVERSIDADE E CLIMA PRECISAM ESTAR ALINHADAS

O Greenpeace defende um maior alinhamento entre as agendas de clima e biodiversidade, com a construção de pontes entre as Convenções do Clima (UNFCCC), da Biodiversidade (CBD) e da Desertificação (UNCCD). Na prática, é preciso: garantir que as ações climáticas não impactem negativamente a biodiversidade, por meio de salvaguardas socioambientais; priorizar ações que promovam a mitigação, e adaptação climática e a proteção da natureza.



8

TRANSIÇÃO JUSTA PARA TODA A SOCIEDADE

A COP29 e as NDCs devem abordar a **transição justa, inclusiva e popular**, baseada na **eliminação de combustíveis fósseis** e na **adoção de agricultura resiliente e de baixo carbono**, a fim de se alcançar uma economia mais sustentável e equitativa para todos. A transição justa **também deve priorizar as iniciativas de comunidades tradicionais e locais, além de garantir a participação efetiva da população**, considerando e reduzindo impactos negativos nas pessoas que trabalham em indústrias poluentes e nas comunidades mais vulnerabilizadas pela crise climática.

Para ser a liderança climática que o Brasil pode e deve ser, é necessário que o país promova essas discussões nas negociações da COP 29, visando o avanço da agenda e a justiça climática global.



DEMANDAS PARA A NOVA NDC BRASILEIRA

A COP 29 inaugura um novo ciclo de anúncios das chamadas **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, que são metas de redução de emissões apresentadas pelos países que fazem parte do Acordo de Paris. As novas NDCs devem ser apresentadas até fevereiro de 2025.

O Greenpeace espera que as novas NDCs dêem concretude para as decisões apresentadas no primeiro **Balanco Global do Acordo de Paris (GST)**, no qual os países acordaram se **distanciar dos combustíveis fósseis até 2050**, além de triplicar os renováveis, duplicar a eficiência energética até 2030, acabar com o desmatamento e adotar medidas de conservação e restauração da natureza. Para que a meta de 1.5°C seja possível, precisamos que até **2035 tenhamos o somatório das emissões de todos os países apresentando uma redução total de 60% nas emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 2019 (IPCC, 2023)**.

O Brasil deve liderar com ambição, como parte da Troika, tríade de países que tem a missão de engajar os demais países a manterem o aumento da temperatura global de **até 1.5°C** através de NDCs mais robustas, **um caminho claro para a transição justa**. Apesar da queda na taxa de desmatamento na Amazônia em relação ao ano passado (PRODES, 2024), o Brasil enfrentou a segunda seca histórica consecutiva no Amazonas, Acre, Pará e Rondônia. No Rio Grande do Sul, enchentes devastadoras assolaram centenas de cidades do estado. Também respiramos muita fumaça em todo o país, originadas, em sua maioria, de queimadas criminosas. Não há dúvidas de que o país precisa de uma nova meta climática.

Diante deste cenário, o Greenpeace vê com extrema preocupação a pretensão do Brasil em se tornar o quarto maior produtor de petróleo.





VEJA AS DEMANDAS DO GREENPEACE PARA A NOVA NDC BRASILEIRA

DEMANDA 1

TRANSIÇÃO PARA LONGE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

- Estabelecer um plano claro e metas para redução da produção e uso de combustíveis fósseis até 2035.
- Decretar a Amazônia zona livre de exploração de petróleo.
- Não anunciar nova exploração de petróleo e aumentar o uso de energias renováveis, com amplas salvaguardas socioambientais.

DEMANDA 2

ALINHAR A NDC ÀS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

- O Brasil deve confirmar e detalhar a meta de desmatamento zero (legal e ilegal) em todos os biomas brasileiros.
- Adotar a maior transparência e rastreabilidade das cadeias, especialmente da carne.
- Promover agricultura de baixo carbono, resiliente, e sustentável, a agroecologia biodiversa e soluções lideradas por povos e comunidades tradicionais.

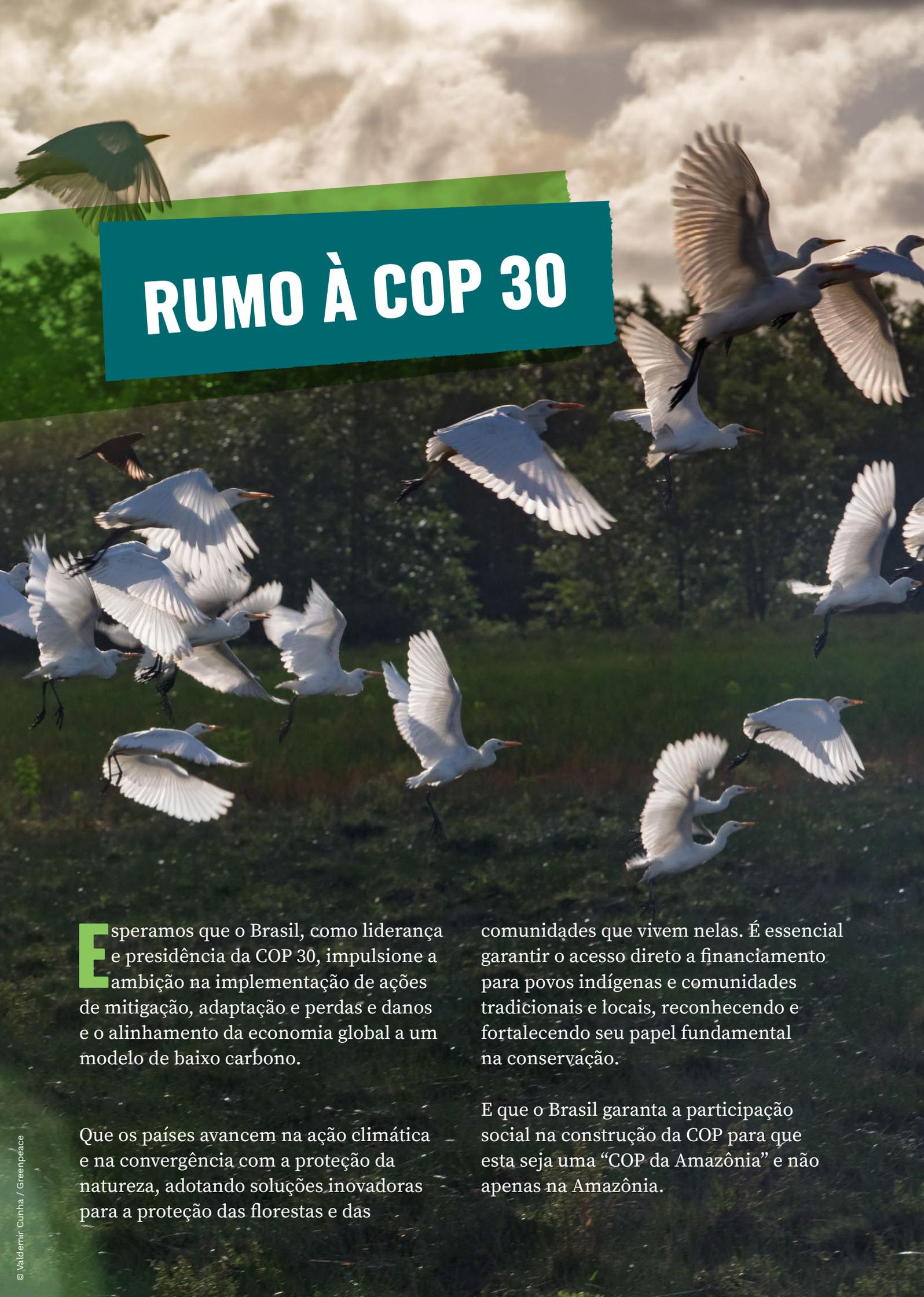
- Fortalecer o ordenamento territorial e fundiário, destinando terras públicas e promovendo a demarcação de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e criação de unidades de conservação.

DEMANDA 3

JUSTIÇA CLIMÁTICA DE MANEIRA TRANSVERSAL

- A NDC deve abordar a justiça climática, considerando diferentes impactos das mudanças climáticas em diferentes populações, em razão de fatores sociais como renda, raça, idade e gênero, e prevendo salvaguardas socioambientais para medidas de mitigação e adaptação.
- Os planejamentos devem sempre contar com a participação social efetiva.
- A NDC também deve estabelecer metas para adaptação e perdas e danos.





RUMO À COP 30

Esperamos que o Brasil, como liderança e presidência da COP 30, impulse a ambição na implementação de ações de mitigação, adaptação e perdas e danos e o alinhamento da economia global a um modelo de baixo carbono.

Que os países avancem na ação climática e na convergência com a proteção da natureza, adotando soluções inovadoras para a proteção das florestas e das

comunidades que vivem nelas. É essencial garantir o acesso direto a financiamento para povos indígenas e comunidades tradicionais e locais, reconhecendo e fortalecendo seu papel fundamental na conservação.

E que o Brasil garanta a participação social na construção da COP para que esta seja uma “COP da Amazônia” e não apenas na Amazônia.



GREENPEACE



COP29
Baku
Azerbaijan

MAKING CLIMATE POLLUTERS PAY

GREENPEACE DEMANDS AT COP29



FOR ROBUST, EQUITABLE, AND PUBLICLY ACCOUNTABLE CLIMATE FINANCE, INCLUDING TARGETS FOR ADAPTATION AND LOSS AND DAMAGE



COP29
Baku
Azerbaijan

GREENPEACE



COP29: THE "FINANCE COP"



The past twelve months have been the hottest on Earth in thousands of years, and the consequences of this unprecedented heat have been felt across the globe through intensified droughts, floods, hurricanes, and tornadoes. The climate crisis is now revealing its most dangerous—and deadly—impacts on humanity and biodiversity.

Yet, despite the rise in extreme weather events, 2023 marked a new global record for greenhouse gas emissions, as reported by the UN. Unsurprisingly, the main drivers of this surge were forest fires, a decline in forests' carbon absorption capacity, and fossil fuel usage.

Now, a year after gathering in the United Arab Emirates, we meet in Azerbaijan—another major oil-producing nation—to discuss humanity's future at COP29. This year's Conference centers on the

New Collective and Quantitative Financing Goal (NCQG), aiming to facilitate ambitious climate action in developing countries, which have suffered the most from a crisis they did little to create.

The first step toward climate justice is to ensure that major polluters bear the costs!

At COP29, Greenpeace is calling for countries to agree on taxing and ending subsidies for fossil fuel polluters and those destroying nature.

In addition to securing **adequate, fair climate finance**, Greenpeace expects countries to commit to Nationally Determined Contributions (NDCs) by February 2025 that align with the goal of **limiting global warming to 1.5°C**. Practically, this means countries must rapidly plan to reduce fossil fuel production and usage—an urgent step in a journey that still has far to go.



WHO PAYS?





HERE ARE GREENPEACE BRASIL'S KEY DEMANDS FOR COP29:

1

MINIMUM CLIMATE FUNDING OF US\$1 TRILLION PER YEAR BY 2030

Greenpeace Brasil calls for a minimum funding target of **US\$1 trillion annually by 2030 to be transferred from developed to developing countries**, ensuring a just transition.

2

PUBLIC, CLEAN, TRANSPARENT FINANCING THAT PREVENTS FURTHER FOREIGN DEBT IN THE GLOBAL SOUTH

For climate finance to be truly clean, investments in fossil fuels, even so-called "transitional" fuels, must be excluded. To be fair, this funding should come from **public sources through grants or low-interest (below market rates) loans**.

Greenpeace warns that financing measures at market rates would deepen the debt burden on developing countries, hampering their ability to act on climate change. Market-based mechanisms or other ineffective solutions should not be counted in climate finance.

Transparency is equally essential, with clear and monitored financial transfers. The COP29 decision must adopt a transparent approach to accounting for climate finance in the years to come.

3

MAKE POLLUTERS PAY AND END FUNDING FOR ENVIRONMENTAL DESTRUCTION

Greenpeace advocates for a binding NCQG decision that **makes polluters accountable**—forcing them to pay for the climate crisis instead of profiting from it. This could be achieved by taxing and ending subsidies for fossil fuel companies and drivers of deforestation. By holding polluters accountable, countries, especially developed ones, can unlock or free up resources to fund a just transition within their borders and in developing countries.

4

A NEW FUNDING TARGET WITH SPECIFIC ALLOCATIONS FOR LOSS AND DAMAGE, ADAPTATION, AND MITIGATION

Currently, most climate funding is directed toward mitigation efforts that address the causes of global warming and reduce greenhouse gas emissions.

However, **mitigation alone is no longer sufficient**. Urgent adaptation is needed to meet the demands of the current climate crisis, with extreme weather events occurring more frequently and intensifying. Greenpeace stresses that specific and adequate funding is required to support adaptation and address Loss and Damage from unavoidable impacts.

According to UN estimates, adaptation requires around US\$387 billion per year, which is 10 to 18 times the current funding level. Rebuilding and recovery costs are even higher, needing at least US\$400 billion annually—and these costs will only rise if adaptation efforts fall short.



5

ADVANCEMENT OF ADAPTATION PLANS AND THEIR IMPLEMENTATION

At COP29, nations need to establish clear indicators to measure and assess the Global Adaptation Target on a worldwide scale, setting the stage for its adoption at COP30 in 2025 in Brazil.

In 2025, countries are also expected to finalize and submit their National Adaptation Plans (NAPs), incorporating ambitious, concrete targets grounded in climate justice and designed for full implementation by 2030. To ensure the success of COP30's adaptation agenda, COP29 must establish a solid foundation and encourage each country to work on its NAP domestically.

6

SUFFICIENT FINANCIAL RESOURCES FOR THE LOSS AND DAMAGE FUND

Although the Loss and Damage Fund was established at COP28, it remains critically underfunded, with current pledges totaling around US\$700 million, far below the billions needed annually to address and repair losses and damages, much of it irreparable.

The Fund urgently requires additional resources and must mobilize them rapidly to support communities experiencing climate-related disasters and both economic and non-economic losses. To achieve this, regulations for **direct community access** must be defined, and countries should report on their implemented measures, challenges, and needs for effective recovery.

7

BIODIVERSITY AND CLIMATE AGENDAS MUST BE ALIGNED

Greenpeace advocates for stronger alignment between climate and biodiversity agendas, fostering cooperation between the Climate (UNFCCC), Biodiversity (CBD), and Desertification (UNCCD) Conventions. In practice, this requires ensuring that climate actions are biodiversity-positive through social and environmental safeguards, prioritizing initiatives that support both climate adaptation and mitigation while also protecting nature.



8

A JUST TRANSITION FOR ALL

COP29 and subsequent NDCs must embrace a **just, inclusive, and financed transition** focused on **phasing out fossil fuels** and **promoting resilient, low-carbon agricultural practices**, building toward a more sustainable and equitable economy for everyone. This just transition **should prioritize the initiatives of Indigenous and local communities, guarantee inclusive public participation**, and address the needs of workers in polluting industries and the communities most vulnerable to climate impacts.

Brazil has the opportunity—and the responsibility—to lead on climate action. By promoting these priorities at COP29, the country can help drive the agenda forward and support global climate justice.



DEMANDS FOR THE NEW BRAZILIAN NDC

COP29 marks the beginning of a new cycle for **Nationally Determined Contributions (NDCs)**, which are emission reduction commitments submitted by countries participating in the Paris Agreement. The updated NDCs are due by February 2025.

Greenpeace expects these new NDCs to reflect the commitments from the first **Global Stocktake of the Paris Agreement (GST)**, where countries pledged to **transition away from fossil fuels by 2050**, triple renewable energy, double energy efficiency by 2030, end deforestation, and adopt measures for nature conservation and restoration. To achieve the 1.5°C limit by 2035, **the combined GHG emissions from all countries must show a 60% reduction from 2019 levels (IPCC, 2023).**

As a member of the Troika—a trio of countries committed to rallying global support for a more ambitious NDC framework to keep the temperature **rise within 1.5°C**—Brazil must lead with **clear ambition and a robust plan for a just transition**. Despite recent progress in slowing deforestation in the Amazon (PRODES, 2024), Brazil has endured its second consecutive historic drought across Amazonas, Acre, Pará, and Rondônia. In Rio Grande do Sul, severe floods have devastated hundreds of towns. Meanwhile, fires rage across the country, blanketing cities with smoke largely from human-induced fires. It is evident that Brazil needs a new, more ambitious climate target.

Given this context, Greenpeace is deeply concerned about Brazil's aspirations to become the world's fourth-largest oil producer.



LULA, DECLARE
A AMAZÔNIA UMA ZONA
LIVRE DE PETRÓLEO

GREENPEACE

PETRÓLEO
NA AMAZÔNIA NÃO

GREENPEACE

PHOTOS: © Marizilda Cruppe / Greenpeace



HERE ARE GREENPEACE BRASIL'S KEY DEMANDS FOR THE NEW BRAZILIAN NDC

DEMAND 1

TRANSITION AWAY FROM FOSSIL FUELS

- Establish a clear plan and targets to reduce fossil fuel production and use by 2035.
- Designate the Amazon as an oil-free zone.
- Halt any new oil exploration projects and expand renewable energy usage with strong socio-environmental safeguards.

DEMAND 2

ALIGN THE NDC WITH BIODIVERSITY PROTECTION MEASURES

- Brazil must commit to, confirm, and detail zero deforestation, both legal and illegal, across all Brazilian biomes.
- Ensure more transparency and better traceability, particularly in sectors like meat production.

- Promote resilient, low-carbon agriculture through **biodiverse agroecology** and initiatives led by **traditional communities**.
- Strengthen **land-use planning**, allocate public lands, advance Indigenous land demarcations, title Quilombola territories, and create new conservation units.

DEMAND 3

PRIORITIZE COMPREHENSIVE CLIMATE JUSTICE

- Brazil's NDC should address **climate justice**, considering the varied impacts of climate change on different populations due to factors such as income, race, age, and gender, and providing **socio-environmental safeguards** for mitigation and adaptation measures.
- Planning must always involve **effective social participation**.
- The NDC should also include specific targets for **Adaptation and Loss and Damage**.





TOWARDS COP30

As the host and leader of COP30, we hope Brazil will champion ambitious action on mitigation, adaptation, loss, and damage, advancing the global transition to a low-carbon economy.

Progressing climate action and converging with nature protection means adopting innovative solutions to safeguard forests and the communities

who depend on them. Ensuring direct funding access for Indigenous peoples, traditional communities, and local groups is vital, recognizing and empowering their essential role in conservation.

Brazil must also ensure robust social participation in shaping COP30, aiming to make it a true "COP of the Amazon" and not merely one hosted in the Amazon.



GREENPEACE



COP29
Baku
Azerbaijan